



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
URFBio Centro Oeste - Núcleo de Apoio Regional de Arcos

Parecer Técnico IEF/NAR ARCOS nº. 115/2021

Belo Horizonte, 25 de outubro de 2021.

PARECER ÚNICO		
1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL		
Nome: ALSOL ENERGIAS RENOVÁVEIS		CPF/CNPJ: 15.483.161/0001-50
Endereço: AVENIDA MARIA SILVA GARCIA, 403		Bairro: GRANJA MARILEUSA
Município: UBERLÂNDIA	UF: MG	CEP: 38406-634
Telefone: (34) 4000-3765	E-mail: jenie.garcia@alsolenergia.com.br	
O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel? () Sim, ir para item 3 (x) Não, ir para item 2		
2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL		
Nome: José Ferreira da Costa Neto e outros		CPF/CNPJ: 002.322.956-03
Endereço: RUA MODESTO CALDEIRA, 347		Bairro: CENTRO
Município: PIUMHI	UF:MG	CEP: 37925-000
Telefone: (34) 4000-3765	E-mail: jenie.garcia@alsolenergia.com.br	
3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL		
Denominação: FAZENDA SÍTIO		Área Total (ha): 25,0261
Registro nº (se houver mais de um, citar todos): 25.288		Município/UF: PIUMHI
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3151503-F037.701F.0771.43DD.8D15.6CEF.557F.2546		
4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA		
Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade
Corte ou aproveitamento de árvores isoladas	227	UNIDADE

nativas vivas			
5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO			
Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000)
			X
Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas	219	UNIDADE	397789.57 m E 7736851.00 m S
6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA			
Uso a ser dado a área		Especificação	Área (ha)
USINA SOLAR FOTOVOLTÁICA		USINA SOLAR FOTOVOLTÁICA	4,0
7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL			
Bioma/Transição entre Biomas	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional (quando couber)	Área (ha)
CERRADO	CERRADO	ÁRVORES ISOLADAS	4,0
8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO			
Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade
LENHA NATIVA		22,95	M³

1. HISTÓRICO

Data de formalização/aceite do processo: 22/07/2021

Data da vistoria: 21/09/2021

Data de solicitação de informações complementares: 29/09/2021

Data do pedido de prorrogação do prazo: Não houve

Data do recebimento de informações complementares: 19/10/2021

Data de emissão do parecer técnico: 25/10/2021

2. OBJETIVO

É objeto desse parecer analisar a solicitação para o corte ou aproveitamento de 227 árvores isoladas em 04,0000 ha na fazenda Sítio, matrícula 25.288, visando a implantação de uma usina solar fotovoltaica no município de Piumhi/ MG.

3. CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENHIMENTO

3.1 Imóvel rural:

Fazenda Sítio, matrícula 25.288

Município de Piumhi

Área do imóvel de 25,0261 ha com 0,71 módulos fiscais.

O município de Piumhi possui 11,63% da sua área com vegetação nativa, composta de campos, campo cerrado, cerrado, áreas de transição e florestas.

A propriedade encontra-se no Bioma Cerrado

3.2 Cadastro Ambiental Rural:

- Número do registro: MG-3151503-F037.701F.0771.43DD.8D15.6CEF.557F.2546

- Área total: 25,0261 ha

- Área líquida do imóvel: 25,0261 ha

- Área de reserva legal: 5,7638 ha

- Área de preservação permanente: 4,0533 ha

- Área de uso antrópico consolidado: 14,9382 ha

- Área remanescente de vegetação nativa: 9,7666 ha

- Qual a situação da área de reserva legal:

(X) A área está preservada: 5,2638 ha

(X) A área está em recuperação: 00,5000 ha

() A área deverá ser recuperada:

- Formalização da reserva legal:

(X) Proposta no CAR (X) Averbada () Aprovada e não averbada

A reserva legal do imóvel atende a legislação vigente.

- Qual a modalidade da área de reserva legal: SIM

(X) Dentro do próprio imóvel

() Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade

() Compensada em imóvel rural de outra titularidade

- Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõe a área de reserva legal:

A reserva legal foi demarcada em 2 fragmentos de vegetação nativa com características florestas de transição. A reserva legal faz divisa com a APP.

- Parecer sobre o CAR:

Verificou-se que as informações prestadas no CAR apresentado correspondem com as constatações feitas durante a vistoria técnica realizada no imóvel. A localização e composição da Reserva Legal estão de acordo com a legislação vigente para fins de deferimento da intervenção requerida.

OBS: Não houve o computo de APP como reserva legal conforme informado no CAR. A fazenda possui no mínimo 20% da sua área à título de reserva legal.

OBS: A reserva legal deve ser cercada na parte de cima do imóvel para total recuperação da mesma

O imóvel possui reserva legal averbada em uma área com 07,6000 ha.

O croqui de averbação está anexo ao processo e a reserva legal demarcada no CAR está em conformidade com a reserva legal averbada

A reserva legal foi averbada em duas áreas:

Área 1 – 03,7100 ha de campo – a área em recuperação com 00,5000 ha está inserida nessa gleba

Área 2 – 02,0500 ha de campo e cerradinho

4.INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Corte de 227 árvores isoladas na fazenda Sítio.

Conforme constatado em vistoria a área a ser intervida trata-se de área antropizada em data anterior a 22 de julho de 2008.

Foi realizado no local o censo florestal de todas as árvores a serem suprimidas.

- Do PUP (plano de utilização pretendida com levantamento das árvores)

Objetivo: realizar uma intervenção ambiental através do corte de árvores isoladas.

“O levantamento realizado identificou 227 indivíduos nativos vivos isolados, sendo seis *Handroanthus ochraceus* (Ipê-do-cerrado), 31 *Lithrea molleoides*, 27 *Senegalia polyphylla*, 25 *Myrsine guianensis*, 10, *Bowdichia virgilioides* (Sucupira-preta), 9 *Myrcia splendens*, 9 *Siparuna guianensis*, 9 *Aegiphila integrifolia*, 7 *Tapirira guianensis*, 7 *Zanthoxylum riedelianum*, 7 *Machaerium opacum*, 6 *Copaifera langsdorfii* (Óleo-de-copaíba), 6 *Styrax ferrugineus*, 5 *Chomelia pohliana*, 5 *Mimosa caesalpiniaefolia*, 4 *Aspidosperma cuspa*, 4 *Qualea grandiflora* (Pau-terra), 3 *Vernonanthura brasiliana*, 3 *Myrcia tomentosa*, 3 *Machaerium acutifolium*, *Cordia* sp., 3 *Ocotea* sp., 2 *Aegiphila verticillata*, 2 *Anadenanthera columbrina*, 2 *Erythroxylum deciduum*, 2 *Psidium guajava*, 2 *Cordia sessilis*, 2 *Terminalia argentea* e um indivíduo das seguintes espécies: *Astronium fraxinifolium*, *Casearia gossypiosperma*, *Cecropia pachystachya* (Embaúba), *Chrysophyllum gonocarpum*, *Genipa americana* (Jenipapeiro), *Gymnanthes klotzschiana*, *Leptolobium dasyacarpum*, *Piptadenia gonocantha*, *Qualea multiflora* (Pau-terra-mirim) e *Xylopia sericea*”-

- Dos Ipês

Foram identificadas no local 7 árvores de ipê.

De acordo com a Lei 20308/ 2012 o corte do Ipê poderá ser autorizado no caso:

Artigo 2º

I – quando necessária à execução de obra, plano, atividade ou projeto de utilidade pública ou de interesse social, mediante autorização do órgão ambiental estadual competente;

III – em área rural antropizada até 22 de julho de 2008 ou em pousio, quando a manutenção de espécime no local dificultar a implantação de projeto agrossilvipastoril, mediante autorização do órgão ambiental estadual competente.

A supressão nesse caso se enquadraria em dois quesitos sendo área rural antropizada e utilidade pública por se enquadrar de um empreendimento de energia, conforme lei 20.922/ 2013.

OBS: As imagens de satélite antigas mostram que a área tinha o uso do solo consolidado com eucalipto e após o corte do mesmo o uso do solo passou a ser utilizado como pastagens.

Conforme informado pelo empreendedor este optou por efetuar a compensação pelo pagamento da taxa de compensação.

Taxa de Expediente: A taxa de expediente no valor de R\$ 504,83 foi paga no dia 29/06/2021

Taxa florestal: A taxa florestal no valor de R\$ 126,72 referente a 22,95 M³ de lenha nativa foi paga no dia 29/06/2021.

Taxa compensação do ipê: A taxa de compensação no valor de R\$ 2.366,40 referente ao corte das 7 árvores de ipê foi paga no dia 18/10/2021.

Número do recibo do projeto cadastrado no Sinaflor: 23113733

5. Das EVENTUAIS RESTRIÇÕES AMBIENTAIS

5.1 Das eventuais restrições ambientais:

- Vulnerabilidade natural: Muito Baixa
- Prioridade para conservação da flora: Baixo
- Prioridade para recuperação: Muito Alta
- Risco potencial de erosão: Muito baixa
- Prioridade para conservação conforme o mapa de áreas prioritárias da Biodiversitas: Não está inserida
- Unidade de conservação: Não está inserida
- Áreas indígenas ou quilombolas: Não está inserida
- Área inserida no Bioma Mata Atlântica: Não está Inserida

5.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:

- Atividades desenvolvidas: Usina solar fotovoltaica

A atividade Usina solar fotovoltaica se encontra listada no âmbito da Deliberação Normativa nº 217/2017 por meio do código E-02-06-2. Porém, por possuir parâmetro de Potência nominal do inversor, inferior ao mínimo exigido referente ao código referenciado, não necessita submeter-se à regularização por meio do instrumento de licenciamento ambiental, nos termos dos arts. 2º, 3º e 4º da Deliberação Normativa nº 217/2017.

- Modalidade de licenciamento: Não passível

5.3 Vistoria realizada:

- A vistoria foi realizada no dia 21 de Setembro de 2021.
- A vistoria foi acompanhada pelo consultor Sr. Nilton do Prado Franco (Analista de projeto) e pelo Sr. José Ferreira Costa (representante do proprietário).
- A fazenda não possui áreas subutilizadas.

5.3.1 Características físicas:

- Topografia: relevo plano suavemente ondulado.
- Solo: Típico de latossolo
- Hidrografia: Possui 4,0533 ha de APP, sendo pertencente a Bacia Hidrográfica Federal do Rio Grande

5.3.2 Características biológicas:

- Vegetação: Área de uso consolidado por pastagens com árvores isoladas
- Fauna: Durante a vistoria foi observado a presença de aves diversas como pássaros, siriemas e gaviões, não sendo constatado a presença de animais ameaçados de extinção;

OBS: A fauna da região é típica do bioma com a presença marcante de tatus, micos e macacos de pequeno e médio porte, tamanduás, paca, capivaras, jacus, cobras e demais animais comuns na região.

5.4 Alternativa técnica e locacional:

Não se trata de processo para intervenção em APP nem de supressão de Mata Atlântica estágio médio ou avançado.

6. ANÁLISE TÉCNICA

A área solicitada para o corte das 227 árvores isoladas com 04,0000 ha possui uso do solo consolidado com pastagens e mais antigamento havia no local o plantio de eucalipto.

O KML da área passível de autorização com 04,0000 ha está anexo ao processo.

Durante a vistoria constatou-se que houve o pedido de 8 árvores isoladas para supressão que estariam dentro da APP ou na divisa com a APP.

Foi solicitado um novo estudo do local para saber se as árvores estariam dentro da APP, porém o empreendedor decidiu não suprimir as 8 árvores e informou que não haverá nenhuma intervenção em área de preservação permanente dentro do imóvel.

Foi inserido no processo uma lista com as 8 árvores que não serão suprimidas bem como as suas coordenadas, sendo elas:

- 1 - 10731 Cordia sp1 398100,4164 7736763,566 10732
- 2 - Zanthoxylum riedelianum 3981004,483 7736761,887 10733
- 3 - Cordia sp1 398105,6893 7736764,954 10734
- 4 - Genipa americana 398106,9039 7736757,844 10736
- 5 - Lithraea molleoides 398113,9098 7736741,187 10737
- 6- Lithraea molleoides 398114,8633 7736733,823 10738
- 7 - Piptadenia gonoacantha 398114,7569 7736728,05 10739
- 8 -Myrcia tomentosa 398113,2273 7736726,547

Portanto o corte de 219 árvores isoladas é passível de deferimento para construção da usina solar fotovoltaica, bem como o corte de 7 ipês que também pode ser feito desde que seja feita a compensação.

6.1 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:

Impactos ambientais associados ao corte de árvores isoladas:

A remoção da cobertura vegetal pode aumentar a ação dos processos erosivos ocasionando perdas do solo, além de alterar a permeabilidade deste e consequentemente a capacidade de recarga e armazenamento dos aquíferos.

A supressão da vegetação leva a diminuição da biodiversidade local e a diminuição do abrigo e alimentação da fauna, bem como o afugentamento da fauna em decorrência do uso do solo.

Medidas mitigadoras

Impedir o acesso de Bovinos, Equinos, Caprinos e demais animais domésticos na reserva legal e APP.

Cercar a reserva legal e não intervir na mesma

Cercar a APP em 30 metros

7.CONTROLE PROCESSUAL

8.CONCLUSÃO

Após análise técnica e considerando a legislação vigente, opinamos pelo DEFERIMENTO do requerimento do corte de 219 árvores isoladas e pelo INDEFERIMENTO do corte de 8 árvores isoladas na fazenda Sítio, matrícula 25.288, sendo o material lenhoso de 22,95 m³ proveniente desta intervenção destinado a uso no imóvel.

9.MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

Cercar APP 30 metros

Cercar reserva legal

Conduzir a recuperação da área com 00,5000 ha

9.1 Relatório de Cumprimento de Condicionantes:

Apresentar relatório fotográfico do cercamento da APP e da reserva legal

OBS: Caso a recuperação da reserva legal não seja satisfatória poderá ser feito o pedido de implantação de um PTRF no local

10.REPOSIÇÃO FLORESTAL

Rendimento lenhoso da área autorizada 22,95m³

OBS: A taxa referente a reposição florestal de 22,95 m³ ainda não foi paga

11.CONDICIONANTES

Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
1	<p>Apresentar relatório fotográfico demonstrando o cercamento da reserva legal e o cercamento da área de APP em 30 metros.</p> <p>Apresentar relatório fotográfico por 3 anos consecutivos demonstrando a recuperação da reserva legal nos 00,5000 ha</p> <p>OBS: Se a regeneração na reserva legal não for satisfatória poderá ser feito o pedido de implantação de um PTRF com o plantio de mudas nativas nos próximos anos, por isso não intervir e não colocar gado no local para não prejudicar a regeneração atual.</p> <p>O cercamento deve ser feito logo após a autorização</p>	Até o dia 30 de setembro de 2022, 2023 e 2024.

Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de concessão da Autorização para Intervenção Ambiental.

Intervenção Ambiental.

INSTÂNCIA DECISÓRIA

() COPAM / URC () SUPERVISÃO REGIONAL

RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

Nome: SAULO DE ALMEIDA FARIA

MA SP: 1.381.233-4

RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO

Nome:

MA SP:



Documento assinado eletronicamente por **Saulo de Almeida Faria, Servidor Público**, em 27/10/2021, às 15:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **37097128** e o código CRC **6CCDF503**.